

Transparência

Contrato alvo de operação em Coxim foi multado em R\$ 1,1 milhão por irregularidades no TCE

Operação mirou em alvos de Coxim e Campo Grande nesta quinta-feira

Fábio Oruê - 12/02/2026 - 15:56

[Ouvir Notícia](#)

Notícias mais buscadas agora

[Saiba mais](#)

Plantão do Judiciário vai atender apenas...



Leinha quer igrejas em zona de silêncio e...



Tragédia em Goiás: secretário escreveu...



Brasileiro detido pelo ICE durante 2 meses...

Notícias mais lidas agora



Em 10 dias, ação apreende R\$ 4 milhões em emagrecedore...



VÍDEO: Ciclista é procurado após 'atacar' adolescente na...



Escritório de advocacia investigado pelo Gaeco foi...



Lei eleitoral permite exaltação de qualidades,...



Ex-secretária é um dos alvos da operação. (Sheila Forato, Edição MS)

O contrato da Prefeitura de Coxim com o escritório de advocacia investigado pelo Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado) teve irregularidades apontadas pelo TCE-MS (Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul) e recebeu multa de R\$ 1,1 milhão em 2024.

A empresa foi um dos alvos da [**Operação Lucro Certo, deflagrada nesta quinta-feira \(12\)**](#).

Naquele ano, a Corte de Contas avaliou todas as etapas da licitação, que acabou no contrato com o escritório.

A primeira, o procedimento de inexigibilidade, passou com ressalvas. O procurador de Contas apontou falhas no planejamento da contratação e falta de levantamento de mercado.

Já os demais processos foram reprovados por conta de irregularidades, como na forma de remuneração diferente do serviço contratado e ausência de fiscalização por parte do servidor designado.

No parecer, o procurador cita que o escritório receberia caso conseguisse incrementar os índices de arrecadação em ações de recuperação de créditos de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

Entretanto, como citado no documento, apesar de haver incremento nos valores, o resultado ainda era menor que o índice definitivo. Ou seja, não seria justo o pagamento.

Por conta disso, o TCE-MS determinou o ressarcimento de R\$ 1.119.837,31 aos cofres públicos, além de multa equivalente a 60 Uferms (Unidade Fiscal Estadual de Referência de Mato Grosso do Sul). O pagamento deveria ser feito entre os agentes públicos e o escritório de advocacia contratado.

Operação Lucro Certo

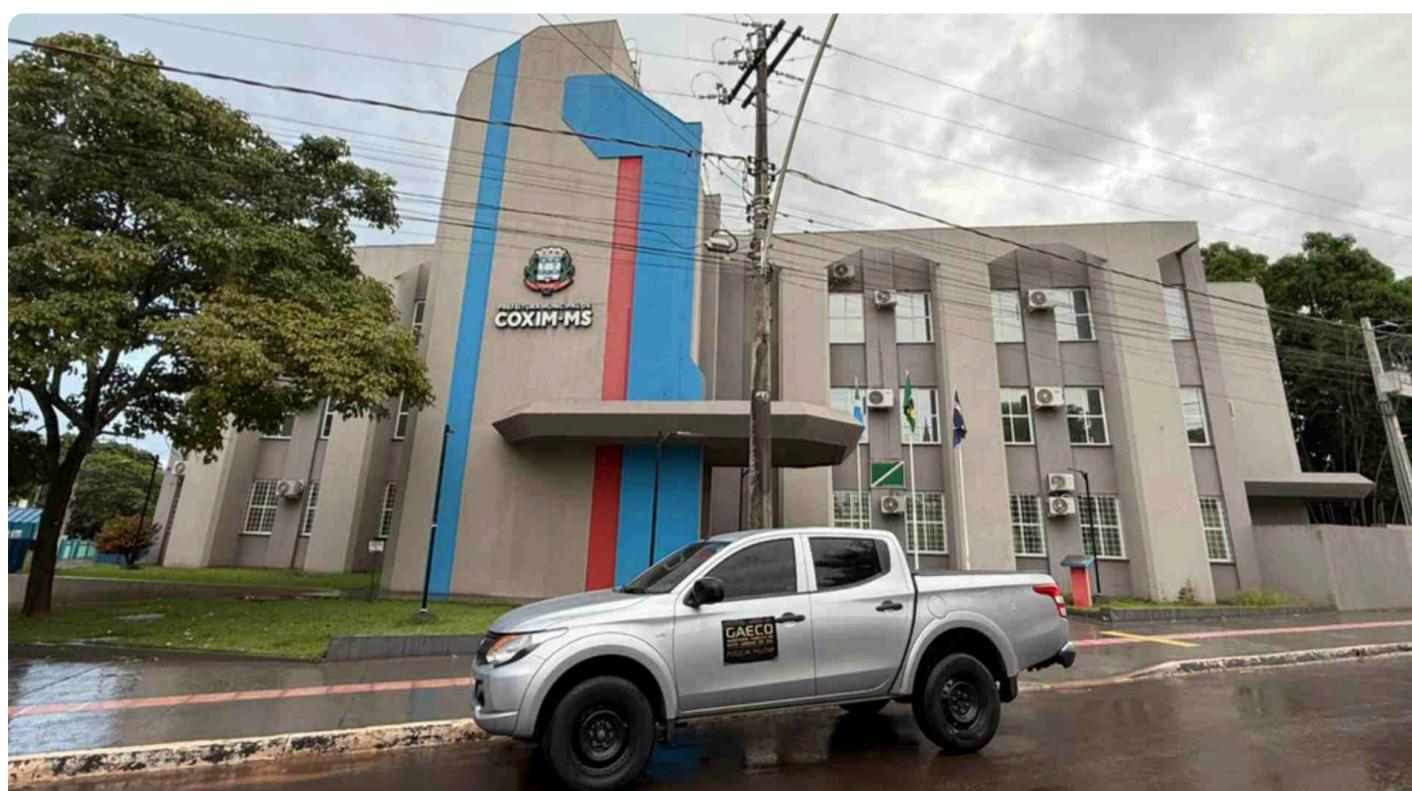
Agentes cumpriram mandados de busca e apreensão em Coxim e Campo Grande. Na cidade da região norte do Estado, equipes estiveram na prefeitura e [**na casa da ex-secretária municipal de Receita e Gestão**](#) Veronildes Batista.

A investigação constatou que o escritório foi contratado sem licitação nos anos de 2021, 2022 e 2023, para atuar em ações de recuperação de créditos de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

Dessa recuperação, a empresa ainda teria direito a uma parte do valor obtido. Conforme o Gaeco e a 1ª Promotoria de Justiça de Coxim, foram **pagos mais de R\$ 1,5 milhão** sem que houvesse prestação de serviços ou resultado econômico positivo aos cofres públicos.

O contrato de 2021 resultou em R\$ 249.306,61 pagos ao escritório. Já em 2022, foram pagos R\$ 954.392,27. No total, foram R\$ 1.203.698,88 repassados à empresa pelos serviços que teriam sido prestados.

Já o termo referente ao ano de 2023 não está disponível no [Portal da Transparência](#). Conforme a investigação do MPMS, o montante pago supera R\$ 1,5 milhão.



Agentes do Gaeco cumprem mandados na prefeitura da cidade. (Sheila Forato, Edição MS)

Últimas Notícias

Transparéncia

STJ condena servidores cedidos à Alems que recebiam dois salários em MS

Três servidores, condenados por improbidade administrativa, receberam indevidamente cerca...

Cotidiano

Em 10 dias, ação apreende R\$ 4 milhões em emagrecedores nos Correios de Campo Grande

Também foram encontrados anabolizantes, testosterona, medicamentos abortivos e...

Polícia

Um ano após morte, família e amigos de Vanessa Ricarte se manifestam e pedem justiça

Mais de um ano após o crime, Caio Nascimento, réu pelo feminicídio, ainda não foi interrogado

Polícia

Réu por matar agiota é absolvido durante Tribunal do Júri em Campo Grande

Crime ocorrido no dia 30 de novembro de 2023, no bairro Santa Luzia

Assessoria jurídica teve êxitos, afirma advogado

Ao **Jornal Midiamax**, o advogado Otávio Figueiró informou que há vários alvos nesta operação e que apenas aqueles serviços que o escritório dele prestou e tiveram êxito foram pagos.

“Na verdade, estão investigando vários contratos da Prefeitura de Coxim, dentre eles, o que eu prestei serviço; contudo, meu serviço é só de êxito, só recebo após o resultado, portanto, estou tranquilo”, declarou.

O advogado esclareceu ainda que recebeu apenas parte do que o município obteve judicialmente, e que tudo foi pago por meio de nota fiscal.

“Recebi 0,20 centavos de cada 1 real que fiz o município arrecadar através da impugnação. Antes de serem pagos os meus honorários, o município atestava o valor, me mandava, e eu emitia a nota para pagamento. Atendi vários municípios e nunca tive problema. Portanto, a investigação não é sobre mim, e sim sobre o prefeito e os servidores.

Já o prefeito de Coxim, Edilson Magro (PP), rebateu afirmando que acredita na Justiça. “[...] haverá a investigação e a verdade aparecerá”, respondeu à reportagem.

● Receba notícias direto no seu WhatsApp

Participe do **grupo do Jornal Midiamax no WhatsApp** e receba informações diárias de tudo o que acontece na política de Mato Grosso do Sul.

[Clique aqui para participar](#)

(Revisão: Dáfini Lisboa)

Compartilhe

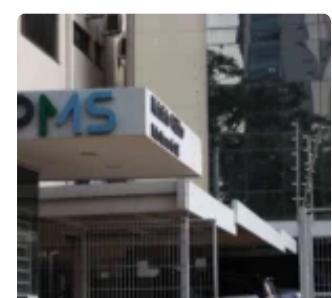


Notícias Relacionadas



Transparéncia

STJ condena servidores cedidos à Alems que recebiam dois salários em MS



Transparéncia

MPMS contrata ex-chefe da Santa Casa para transporte coletivo fretado